

## A Saúde Coletiva e a Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde

*Edson Theodoro dos Santos Neto*

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil.

Desde o nascimento da Medicina Social no século XVIII, as práticas relacionadas com o enfrentamento das doenças na população, entendidas como fenômeno social, político e econômico, foram se conformando nas sociedades humanas ao longo da história<sup>1</sup>. Nesse sentido, as sociedades, nos domínios dos Estados Nacionais, vêm construindo seus modos de conceber o processo saúde-doença-cuidado e intervir sobre esse processo, fundamentando-se em políticas de saúde que geralmente repercutem em medidas de Saúde Pública<sup>2</sup>.

No Brasil, a história das políticas de saúde adentra o século XX, como intervenções de saúde pública do Estado, que, no início do século, atingiam o objetivo implícito de manter o modelo econômico agroexportador, por meio do combate às epidemias e saneamento dos espaços urbanos das cidades portuárias<sup>3</sup>. Contudo, a partir da transição de um modelo econômico agroexportador para um modelo predominantemente industrial, foram necessárias intervenções estatais coerentes com as novas necessidades exigidas para o fortalecimento e manutenção de um corpo social produtivo<sup>4</sup>.

Entretanto, a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (1923), dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (1930), do Instituto Nacional Previdência Social (1966) e, posteriormente, do Instituto Nacional Assistência Médica e Previdência Social (1974) serviu, no contexto brasileiro, para legitimar a lógica assistencialista curativa de proteção à saúde do trabalhador, ignorando o direito universal à saúde como um requisito para a construção social<sup>5</sup>. A partir do reconhecimento de que o direito à saúde deveria ser o primeiro passo para construção da cidadania, surge, na década de 1970, no auge do regime totalitarista, o Movimento da Reforma Sanitária, que propôs um modo de compreender a saúde como um fenômeno social<sup>5</sup>. É no âmbito desse movimento que nascem os primeiros estudos em Sociologia da Saúde, baseados em ideias marxistas, que acabam por fundar um novo campo científico: a Saúde Coletiva<sup>6</sup>.

A Saúde Coletiva, como um campo de prática científica, articula os conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais, da Epidemiologia e do Planejamento e Administração em Saúde<sup>7</sup>. A partir da década de 1980<sup>8</sup>, a Saúde Coletiva veio se fortalecendo e se consolidando tanto como um movimento ideológico comprometido com a transformação social<sup>9</sup> quanto como um núcleo que aglutina saberes e práticas científicas<sup>10</sup>. Além disso, expandiu-se expressivamente em volume de produção científica nacional e internacional com intensa interatividade entre comunidades e instituições<sup>11</sup>.

A Saúde Coletiva é reconhecidamente um campo de atuação complexo<sup>12</sup>. Utiliza-se tanto de inquéritos epidemiológicos com métodos puramente quantitativos, para fundamentar políticas de saúde<sup>13</sup>, quanto de métodos qualitativos, para compreender, por exemplo, as manifestações socioculturais da saúde e da doença nas sociedades humanas<sup>14</sup>. Entretanto, não se recomenda o dualismo entre os métodos, visto que o foco dos estudos em Saúde Coletiva deve ser a interação entre o biológico e o social para a explicação racional da Determinação Social das Doenças<sup>15</sup>.

Nesse contexto, a Saúde Coletiva exerce um papel transcendente dentro das Ciências da Saúde, sendo uma construção sócio-histórica que estabelece um campo de conhecimento com limites muito imprecisos<sup>10</sup> e um núcleo que articula a pesquisa científica, as políticas de saúde e as práticas de saúde a partir de conhecimentos teóricos e empíricos<sup>16</sup>. No Brasil, o crescimento da produção científica em Saúde Coletiva tem sido vertiginoso nos últimos anos<sup>17</sup>. Contudo, na Região Sudeste, o Estado do Espírito Santo assume uma posição quase inexpressiva na participação dessa produção. Isso ocorre, possivelmente, pela ausência de espaços de divulgação dentro do Estado ou pela pequena quantidade de grupos de pesquisa atuantes na temática da Saúde Coletiva.

A partir da compreensão de que a Saúde Coletiva é um campo de conhecimento científico em expansão, fundamental para a produção de conhecimento e de práticas de transformação social, que remontam o contexto ampliado da vida<sup>18</sup> e contribui para a construção de Políticas de Saúde, a Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde pretende auxiliar os profissionais de saúde ou de áreas afins, vinculados ao sistema público de saúde ou às instituições de ensino situadas no Estado do Espírito Santo, a divulgar estudos em Saúde Coletiva que possam ser utilizados na gestão pública dos serviços de saúde ou nas instituições de ensino como relatórios científicos.

## REFERÊNCIAS|

- 1 - Foucault M. *Microfísica do poder*. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
- 2 - Paim JS. Políticas de saúde no Brasil. In: Rouquayrol MZ, Almeida Filho N. *Epidemiologia e saúde*. 6 ed. Rio de Janeiro: Medsi; 2003.
- 3 - Carvalho BG, Martin GB, Cordoni Jr. L. A organização do sistema de saúde no Brasil. In: Andrade SM, Soares DA, Cordoni Jr. L, organizadores. *Bases da saúde coletiva*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina; 2001.
- 4 - Cohn A. O estudo das políticas de saúde: implicações e fatos. In: Campos GWS et al., organizadores. *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.
- 5 - Costa NR. Transição e movimentos sociais contribuição ao debate da reforma sanitária. *Cad Saúde Pública* 1988; 4(2): 207-25.
- 6 - Burlandy L, Bodstein RCA. Política e saúde coletiva: reflexão sobre a produção científica (1976-1992). *Cad Saúde Pública* 1998; 14(3):543-54.
- 7 - Nunes ED, Nascimento JL, Barros NF. A questão curricular para o plano de formação em saúde coletiva: aspectos teóricos. *Ciênc Saúde Coletiva* 2010; 15(4): 1935-43.
- 8 - 1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. *Cad Saúde Pública* 1986; 2(3): 382-4.
- 9 - Paim JS, Almeida-Filho N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev Saúde Pública* 1998; 32(4):299-316.
- 10 - Campos GWS. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciênc Saúde Coletiva* 2000; 5(2):219-30.
- 11 - Luz MT, Mattos RS. Dimensões qualitativas na produção científica, tecnológica e na inovação em saúde coletiva. *Ciênc Saúde Coletiva* 2010; 15(4):1945-53.
- 12 - Luz MT. Complexidade do campo da saúde coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas - análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. *Saúde Soc* 2009; 18(2):304-11.
- 13 - Aquino EM. Epidemiologia e saúde coletiva no Brasil: desafios para a formação em pesquisa. *Rev Bras Epidemiol* 2008; 11(suppl.1):151-8.

- 14 - Cardoso MHCA, Gomes R. Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva. Cad Saúde Pública 2000; 16(2): 499-506.
- 15 - Ianni AMZ. Questões contemporâneas sobre natureza e cultura: notas sobre a saúde coletiva e a sociologia no Brasil. Saúde Soc 2011; 20(1): 32-40.
- 16 - Bosi MLM, Gastaldo D. Construindo pontes entre ciência, política e práticas em saúde coletiva. Rev Saúde Pública 2011; 45(6):1197-200.
- 17 - Barroso MGT. Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança. Cad Saúde Pública 2007; 23(1): 244-6.
- 18 - Leal MB, Camargo Jr KR. Saúde Coletiva em debate: reflexões acerca de um campo em construção. Interface (Botucatu) 2012; 16(40): 53-66.